

O IDEALIZADOR DO APARTHEID EXPLICA O QUE É APARTHEID.

Diferentemente dos líderes do nazismo, o nome de Hendrik Verwoerd, o “arquiteto do Apartheid”, é pouco conhecido no Brasil. Ele foi, como Ministro de Assuntos Nativos e como primeiro-ministro da África do Sul (1958-1966), o idealizador e implementador naquele país do sistema que visava, através da promoção da diversidade e da criação de áreas exclusivas para determinadas etnias e grupos raciais, evitar a mestiçagem da população.

No texto abaixo, ele resume a ideologia do apartheid. Os destaques em **negrito** são nossos.



A seguir, gostaria de atender ao desejo que, eu entendo, tem há muito sido sentido pelos membros deste conselho, ou seja, que um membro do governo deva explicar as principais características do que está implicado na política de apartheid.

No limite de uma mensagem eu tenho, naturalmente, que me limitar aos fundamentos da política de apartheid e dos principais passos que seguirão logicamente em decorrência da política. Mais detalhes e uma descrição mais pormenorizada das razões e do valor do que está sendo planejado terá de permanecer em suspenso hoje. Corretamente entendida, no entanto, essas

características principais irão esclarecer o que será feito e como isso vai se dar tanto no interesse dos bantos como dos europeus.

Como premissa, esta questão pode ser colocada: **devem bantos e europeus, no futuro, desenvolverem-se como comunidades misturadas, ou como comunidades separadas umas das outras até onde isto seja na prática possível? Se a resposta é “comunidades homogeneizadas”, então o que segue deve ser entendido. Haverá competição e conflito em todo lugar.** Enquanto os pontos de contato ainda são relativamente poucos, como é o caso agora, atrito e conflito serão poucos e menos evidentes. Quanto mais esta mistura se desenvolva, no entanto, mais forte o conflito vai se tornar. Em tal conflito, os europeus, pelo menos por um longo tempo, manterão a posição mais forte, e os bantos serão o partido derrotado em todas as fases da luta. Isso deve causar neles um sentimento crescente de ressentimento e vingança. Nem para o europeu, nem para o banto, poderão estas, para ser específico, crescentes tensões e conflitos ser um futuro ideal, porque um desenvolvimento misturado envolve desvantagem para ambos.

Talvez, em tal eventualidade, o melhor é encarar francamente a situação que deve surgir na esfera política. No caso de um desenvolvimento misturado, o banto, sem dúvida, desejará uma participação no governo do país misturado. Ele, no devido tempo, não se satisfará com uma participação limitada na forma de representação comunitária, mas desejará a plena participação no governo do país com base numa igual franquia. Por razões de simplicidade, não me vou estender aqui no fato de que, **em simultâneo com o desenvolvimento desta demanda, ele desejará o mesmo nas esferas social, econômica e em outras esferas da vida, envolvendo, no devido tempo, residência misturada, trabalho misturado, convivência misturada, e, eventualmente, uma população miscigenada – apesar do orgulho bem conhecido de ambos, bantos e europeus, de suas**

respectivas purezas de descendência. Segue-se logicamente, portanto, que, num país misturado, o banto deve, na esfera política, ter como seu objetivo a igual franquia em relação ao europeu.

Agora examine a mesma questão do ponto de vista europeu. A parte dos europeus, consistindo de ambos os povos de língua africâner e inglesa, dizem igualmente de forma clara que, em relação ao ponto de vista acima, que o europeu deve continuar a dominar o que será a parte europeia da África do Sul. Deve-se notar que, não obstante as representações falsas, estes europeus não exigem domínio sobre a totalidade da África do Sul, isto é, sobre os territórios nativos à medida que o banto supere a necessidade da sua tutela. Porque essa parte da população europeia afirma isto de forma muito clara, não deve ser aceito, entretanto, que a outra parte da população europeia apoiará a possível demanda futura do banto citada acima. Essa seção da população europeia (a inglesa, bem como a africâner) que está disposta a conceder a representação ao banto no governo do país não quer conceder nada além da representação comunitária, e esta numa base estritamente limitada. Eles ainda não perceberam que um equilíbrio de poder pode, portanto, ser dado para o não-europeu com o qual uma tentativa mais tarde pode ser feita para assegurar a franquia plena e igualitária na lista de eleitores dos mesmos. No momento em que perceberem isso, ou no momento em que a tentativa seja feita, esta última parte da população europeia irá também lançar seu peso junto com a primeira parte, no interesse da supremacia europeia na porção europeia do país. Isso aparece claramente a partir de sua proposição de que, na sua crença sobre as bases de uma superioridade inerente, ou um maior conhecimento, ou seja, ela qual for, o europeu deve continuar a ser senhor e líder. A parte é, portanto, também protagonista de áreas residenciais separadas, e do que ela chama de separação.

Meu ponto é este, que se o desenvolvimento misturado deve ser a política do futuro na África do Sul, ela vai levar ao confronto mais sensacional de interesses que se possa imaginar. Os esforços e os desejos dos bantos e os esforços e objetivos de todos os europeus serão antagônicos. Tal conflito só pode trazer infelicidade e miséria para ambos. Ambos bantos e europeus devem, portanto, considerar em boa hora como essa miséria pode ser evitada para si mesmos e para seus descendentes. Eles têm de encontrar um plano para fornecer aos dois grupos populacionais oportunidades para o pleno desenvolvimento das suas respectivas competências e ambições, sem entrar em conflito.

A única saída possível é a segunda alternativa, a saber, que ambos adotem um desenvolvimento divorciado um do outro. Passe-partout é tudo o que a palavra apartheid significa. Qualquer palavra pode ser envenenada pela adição de um falso sentido para ela. Isso aconteceu com esta palavra. Os bantos foram levados a acreditar que ela significa opressão, ou mesmo que os territórios nativos serão tomados deles. Na realidade, porém, exatamente o contrário se pretende com a política de apartheid. Para evitar o futuro desagradável e perigoso acima mencionado para ambos os segmentos da população, o atual governo adota a atitude na qual concede e deseja dar aos outros exatamente o que ele exige para si. **Ele acredita na supremacia (baasskap) do europeu em sua esfera, mas, então, ele também acredita igualmente na supremacia (baasskap) do banto em sua própria esfera.** Para a criança europeia ele pretende criar todas as oportunidades possíveis para o seu próprio desenvolvimento, prosperidade e serviço nacional na sua esfera própria, mas para os bantos ele também pretende criar todas as oportunidades para a realização das ambições e da prestação de serviço ao seu próprio povo. Assim, **não há política de opressão aqui, mas de criar uma situação que nunca existiu para os bantos, isto é, que, levando em consideração as suas línguas, tradições, história e diferentes**

comunidades nacionais, eles podem passar por um desenvolvimento deles próprios. Essa oportunidade surge para eles logo que tal divisão é posta entre eles e os europeus dos quais não necessitam ser os imitadores nem capangas destes.

A próxima pergunta é, então, como a divisão deve ser realizada de forma a permitir os europeus e os bantos terem um desenvolvimento próprio, de acordo com suas próprias tradições, sob seus próprios líderes em todas as esferas da vida.

É perfeitamente claro que teria sido mais fácil – uma condição ideal para cada um dos dois grupos – se o curso da história tivesse sido diferente. Suponha que tivesse surgido na África do Sul um estado no qual somente bantos vivessem e trabalhassem, e outro no qual só europeus vivessem e trabalhassem. Cada poderia, então, ter trabalhado o seu próprio destino em sua própria maneira. Esta não é a situação hoje, no entanto, e o planejamento deve, na prática, levar em conta as realidades atuais da vida na União. Não podemos fugir daquilo que a história trouxe em sua esteira. Porém, esta situação mais favorável à associação pacífica, autogoverno e desenvolvimento, cada um segundo a sua própria natureza e completamente separados um do outro, pode, de fato, ser tomada como um critério para testar os planos visando sair da confusão e dificuldades atuais. Pode-se, na medida do possível, tentar abordar este objetivo no futuro.

A realidade atual é que um pouco mais de um terço dos bantos residem, ou ainda têm as suas raízes, no que são inequivocamente chamados de territórios nativos. Um pouco mais de um terço vive no campo e nas fazendas de europeus. Um pouco menos de um terço vive e trabalha nas cidades, dos quais uma parte foi destribalizada e urbanizada. A política de apartheid leva em conta esta realidade.

Obviamente, a fim de conceder oportunidades iguais para os bantos, tanto em seus interesses quanto nos dos europeus, o ponto de partida disto são os territórios nativos. Atualmente, estes territórios não podem fornecer as oportunidades desejadas para a vida e o desenvolvimento de seus habitantes e de seus filhos, muito menos para mais pessoas. Devido à negligência com o seu solo e à população excessiva de homens e de gados, um grande número está agora mesmo sendo continuamente forçado a ir buscar uma vida sob a proteção dos europeus e de suas indústrias. Nestas circunstâncias, não se pode esperar que a comunidade banta fosse se autossustentar e assim progredir conforme sua ambição e desenvolver os jovens para serem mantidos por seu próprio povo em seu próprio serviço nacional a partir de seus próprios fundos. Porém, à medida que uma florescente comunidade surge nesses territórios, irá se desenvolver a demanda por professores, comerciantes, funcionários, artesãos, especialistas em agricultura, líderes de corpos governamentais locais e gerais deles mesmos. Em outras palavras, toda a superestrutura de pessoal administrativo e profissional surgindo em cada comunidade próspera irá, então, tornar-se necessária. Nosso primeiro objetivo, como um governo é, portanto, estabelecer as bases de uma comunidade próspera e produtiva através de métodos de recuperação de solos degradados e conservação e através do sistemático estabelecimento nos territórios nativos da agricultura banto em bases econômicas.

Os territórios limitados são, no entanto, tão pouco capazes de suportar toda a população banta das reservas no presente e no futuro – se todos fossem agricultores – da mesma forma que a área europeia seria capaz de suportar todos os europeus se todos fossem ser agricultores, ou como a Inglaterra seria capaz de comportar toda a sua população se todos eles tivessem que ser proprietários de terras, agricultores e pecuaristas. Consequentemente, a construção sistemática de territórios nativos visa um desenvolvimento precisamente como em todos os países prósperos. Lado a lado com

desenvolvimento agrícola também deve vir um desenvolvimento urbano fundado no crescimento industrial. As cidades bantas futuras nas reservas podem surgir, em parte, em conjunto com indústrias banto deles próprios nessas reservas. Em seu estabelecimento europeus devem estar preparados para ajudar com dinheiro e conhecimento, na consciência de que tais indústrias devem, tão logo seja possível, passar inteiramente para as mãos dos bantos.

Em virtude do atraso, é concebível, no entanto, que estas indústrias possam não se desenvolver suficientemente rápidas para satisfazer adequadamente as necessidades de trabalho banto requerida. O empresário europeu, portanto, têm de ser incentivado a criar indústrias nas zonas europeias perto de tais cidades e municípios. Os bantos trabalhando nestas indústrias, então, serão capazes de viver dentro de seus próprios territórios, onde têm suas próprias escolas, os seus próprios comerciantes, e onde eles governam a si mesmos. Na verdade, **o centro da política de apartheid está em que, como o banto não precisa mais do Europeu, este tem de ser totalmente removido dos territórios nativos.**

O tempo que isto levará os bantos nas reservas a avançar para a fase de autossuficiência e autogoverno dependerá da própria indústria e preparação destes para agarrarem esta oportunidade oferecida pela política do apartheid em prol do autodesenvolvimento e do serviço à sua própria nação. Este desenvolvimento das reservas não significa, porém, que todos os nativos das cidades ou da região rural europeia serão capazes, ou desejarão, caminhar em direção a eles. No campo não tem, até o presente, um choque de interesses sociais. O empreendimento, em qualquer nível de sua duração, deve ser o de garantir os bantos de localidades urbanas o máximo de autogoverno possível sob a tutela das câmaras municipais, e permitir o controle tribal de fazendas nativas funcionar eficazmente. Lá as condições residenciais e de trabalho também terão de desfrutar de atenção especial a fim de que a comunidade banta

encontrando um modo de vida como os trabalhadores rurais também possa ser próspera e feliz. Aqui o problema é, exatamente, criar um melhor relacionamento, maior estabilidade, formação correta e boas condições de trabalho. **Além da remoção de focos negros (e igualmente a desintrusão de focos brancos nas áreas nativas), a política de apartheid é, por enquanto, não tanto uma questão neste momento, exceto se a mecanização da agricultura deve mais tarde causar uma redução de trabalhadores não-europeus.**

Finalmente, há as implicações da política de apartheid em relação às cidades europeias. **A exigência principal desta política é bem conhecida, a saber, que não só deve haver separação entre áreas residenciais europeias e não-europeias, mas também que os diferentes grupos não-europeus, como o banto, o mestiço e o indiano, viverão em suas próprias áreas residenciais.** Embora um número considerável de bantos que ainda têm raízes nas reservas possam concebivelmente voltar para lá, especialmente à medida que o desenvolvimento urbano e industrial ocorrer, ou mesmo muitos bantos urbanizados possam vir dali por causa das oportunidades de exercer os seus talentos como artesãos, comerciantes, funcionários ou profissionais, ou realizar as suas ambições políticas – um grande número, sem dúvida, ainda ficará para trás nas grandes cidades. Por um longo tempo por vir, esta irá provavelmente continuar a ser a situação.

Para estes bantos também, a política de apartheid e áreas residenciais separadas têm grande significado. O objetivo é, nomeadamente, dar-lhes o maior grau possível de autogoverno em tais áreas de acordo com o grau em que as autoridades locais, que constroem essas cidades, possam demarcar. No devido momento, também, dependendo da capacidade da comunidade banto, todo o trabalho não terá de ser feito por sua população, como foi descrito em relação às reservas. Mesmo dentro de área europeia, portanto, as comunidades

bantas não seriam separados das antigas para oprimi-las, mas para formar suas próprias comunidades dentro das quais elas podem levar uma vida repleta de trabalho e serviço.

Em vista de tudo isso, será apreciado porque a política do apartheid também tem interesse na educação adequada para os bantos. Isso, na verdade, traz em sua esteira a necessidade de bantos suficientemente competentes em muitas esferas. A única e óbvia condição é que o banto terá que colocar o seu desenvolvimento e seu conhecimento exclusivamente a serviço do seu próprio povo.

Cooperação na implementação da política do apartheid, como descrito aqui, é um dos maiores serviços que o atual líder da população banto pode prestar ao seu povo. Em vez de lutar atrás de vagas quimeras e tentar igualar-se ao europeu em uma comunidade misturada com ideais confusos e os conflitos inevitáveis, ele pode ser uma figura nacional ajudando a liderar o seu povo no caminho da paz e da prosperidade. Ele pode ajudar a dar às crianças e a homens e mulheres educados de seu povo uma oportunidade de encontrar emprego ou totalmente realizar as suas ambições dentro da sua esfera própria ou, quando tal não for possível, como dentro dos círculos europeus, encontrar emprego e serviço dentro de suas próprias áreas segregadas.

Eu confio que todos os bantos irão esquecer os maus entendimentos do passado e optar pela estrada que leva ao conflito, mas o que conduz à paz e felicidade para ambas as comunidades separadas. Estão os líderes atuais dos bantos, sob a influência de agitadores comunistas, buscando uma forma de igualdade que eles não vão conseguir? Por longo prazo eles virão contra a toda a comunidade europeia bem como grande parte de seus próprios compatriotas que preferem as muitas vantagens do autogoverno dentro de uma comunidade deles próprios. Eu não posso acreditar que eles virão. Ninguém pode rejeitar

uma forma de independência, obtida com a cooperação de todos, em favor de um esforço inútil atrás daquilo que promete ser não liberdade, mas queda.

TEXTO ORIGINAL

Next, I wish to accede to the wish which, I understand, has long been felt by members of this council, namely that a member of the Government should explain the main features of what is implied by the policy of Apartheid.

Within the compass of an address I have, naturally, to confine myself to the fundamentals of the Apartheid policy and to the main steps following logically from the policy. Further details and a fuller description of the reasons and value of what is being planned will have to remain in abeyance today. Properly understood, however, these main features will elucidate what will be done and how this will be as much in the interests of the Bantu as in those of the European.

As a premise, the question may be put: Must Bantu and European in future develop as intermixed communities, or as communities separated from one another in so far as this is practically possible? If the reply is “intermingled communities,” then the following must be understood. There will be competition and conflict everywhere. So long as the points of contact are still comparatively few, as is the case now, friction and conflict will be few and less evident. The more this intermixing develops, however, the stronger the conflict will become. In such conflict, the Europeans will, at least for a long time, hold the stronger position, and the Bantu be the defeated party in every phase of the struggle. This must cause to rise in him an increasing sense of resentment and revenge. Neither for the European, nor for the Bantu, can this, namely increasing tension and conflict, be an ideal future, because the intermixed development involves disadvantage to both.

Perhaps, in such an eventuality, it is best frankly to face the situation which must arise in the political sphere. In the event of an intermixed development, the Bantu will undoubtedly desire a share in the government of the intermixed country. He will, in due course, not be satisfied with a limited share in the form of communal representation, but will desire full participation in the country's government on the basis of an equal franchise. For the sake of simplicity, I shall not enlarge here on the fact that, simultaneously with the development of this demand, he will desire the same in the social, economic and other spheres of life, involving in due course, intermixed residence, intermixed labour, intermixed living, and, eventually, a miscegenated population – in spite of the well-known pride of both the Bantu and the European in their respective purity of descent. It follows logically, therefore, that, in an intermixed country, the Bantu must, in the political sphere, have as their object equal franchise with the European.

Now examine the same question from the European's point of view. A section of the Europeans, consisting of both Afrikaans- and English-speaking peoples, says equally clearly that, in regard to the above standpoint, the European must continue to dominate what will be the European part of South Africa. It should be noted that, notwithstanding false representations, these Europeans do not demand domination over the whole of South Africa, that is to say, over the Native territories according as the Bantu outgrow the need for their trusteeship. Because that section of the European population states its case very clearly, it must not be accepted, however, that the other section of the European population will support the above possible future demand of the Bantu. That section of the European population (English as well as Afrikaans) which is prepared to grant representation to the Bantu in the country's government does not wish to grant anything beyond communal representation, and that on a strictly limited basis. They do not yet realize that a balance of power may thereby be given to the non-European with which an attempt may

later be made to secure full and equal franchise on the same voters' roll. The moment they realize that, or the moment when the attempt is made, this latter section of the European population will also throw in its weight with the first section in the interests of European supremacy in the European portion of the country. This appears clearly from its proposition that, in its belief on the basis of an inherent superiority, or greater knowledge, or whatever it may be, the European must remain master and leader. The section is, therefore, also a protagonist of separate residential areas, and of what it calls separation.

My point is this that, if mixed development is to be the policy of the future in South Africa, it will lead to the most terrific clash of interests imaginable. The endeavours and desires of the Bantu and the endeavours and objectives of all Europeans will be antagonistic. Such a clash can only bring unhappiness and misery to both. Both Bantu and European must, therefore, consider in good time how this misery can be averted from themselves and from their descendants. They must find a plan to provide the two population groups with opportunities for the full development of their respective powers and ambitions without coming into conflict.

The only possible way out is the second alternative, namely, that both adopt a development divorced from each other. That is all that the word apartheid means. Any word can be poisoned by attaching a false meaning to it. That has happened to this word. The Bantu have been made to believe that it means oppression, or even that the Native territories are to be taken away from them. In reality, however, exactly the opposite is intended with the policy of apartheid. To avoid the above-mentioned unpleasant and dangerous future for both sections of the population, the present Government adopts the attitude that it concedes and wishes to give to others precisely what it demands for itself. It believes in the supremacy (baasskap) of the European in his sphere but, then, it also believes equally in the supremacy (baasskap) of the Bantu in his own

sphere. For the European child it wishes to create all the possible opportunities for its own development, prosperity and national service in its own sphere; but for the Bantu it also wishes to create all the opportunities for the realization of ambitions and the rendering of service to their own people. There is thus no policy of oppression here, but one of creating a situation which has never existed for the Bantu; namely, that, taking into consideration their languages, traditions, history and different national communities, they may pass through a development of their own. That opportunity arises for them as soon as such a division is brought into being between them and the Europeans that they need not be the imitators and henchmen of the latter.

The next question, then, is how the division is to be brought about so as to allow the European and the Bantu to pass through a development of their own, in accordance with their own traditions, under their own leaders in every sphere of life.

It is perfectly clear that it would have been the easiest – an ideal condition for each of the two groups – if the course of history had been different. Suppose there had arisen in Southern Africa a state in which only Bantu lived and worked, and another in which only Europeans lived and worked. Each could then have worked out its own destiny in its own way. This is not the situation today, however, and planning must in practice take present day actualities of life in the Union into account. We cannot escape from that which history has brought in its train. 1 However, this easiest situation for peaceful association, self-government and development, each according to its own nature and completely apart from one another, may, in fact, be taken as a yardstick whereby to test plans for getting out of the present confusion and difficulties. One may, so far as is practicable, try to approach this objective in the future.

The realities of today are that a little over one-third of the Bantu resides, or still has its roots, in what are unambiguously termed Native territories. A little over a third lives in the countryside and on the farms of Europeans. A little less than a third lives and works in the cities, of whom a section have been detribalized and urbanized. The apartheid policy takes this reality into account.

Obviously, in order to grant equal opportunities to the Bantu, both in their interests as well as those of the Europeans, its starting-point is the Native territories. For the present, these territories cannot provide the desired opportunities for living and development to their inhabitants and their children, let alone to more people. Due to neglect of their soil and over-population by man and cattle, large numbers are even now being continuously forced to go and seek a living under the protection of the European and his industries. In these circumstances it cannot be expected that the Bantu community will so provide for itself and so progress as to allow ambitious and developed young people to be taken up by their own people in their own national service out of their own funds. According as a flourishing community arises in such territories, however, the need will develop for teachers, dealers, clerks, artisans, agricultural experts, leaders of local and general governing bodies of their own. In other words, the whole superstructure of administrative and professional people arising in every prosperous community will then become necessary. Our first aim as a Government is, therefore, to lay the foundation of a prosperous producing community through soil reclamation and conservation methods and through the systematic establishment in the Native territories of Bantu farming on an economic basis.

The limited territories are, however, as little able to carry the whole of the Bantu population of the reserves of the present and the future – if all were to be farmers – as the European area would be able to carry all the

Europeans if they were all to be farmers, or as England would be able to carry its whole population if all of them had to be landowners, farmers and cattle breeders. Consequently, the systematic building up of the Native territories aims at a development precisely as in all prosperous countries. Side by side with agricultural development must also come an urban development founded on industrial growth. The future Bantu towns and cities in the reserves may arise partly in conjunction with Bantu industries of their own in those reserves. In their establishment Europeans must be prepared to help with money and knowledge, in the consciousness that such industries must, as soon as is possible, wholly pass over into the hands of the Bantu.

On account of the backlog, it is conceivable, however, that such industries may not develop sufficiently rapidly to meet adequately the needs of the Bantu requiring work. The European industrialist will, therefore, have to be encouraged to establish industries within the European areas near such towns and cities. Bantu working in those industries will then be able to live within their own territories, where they have their own schools, their own traders, and where they govern themselves. Indeed, the kernel of the apartheid policy is that, as the Bantu no longer need the European, the latter must wholly withdraw from the Native territories.

What length of time it will take the Bantu in the reserves to advance to that stage of self-sufficiency and self-government will depend on his own industry and preparedness to grasp this opportunity offered by the apartheid policy for self-development and service to his own nation. This development of the reserves will not, however, mean that all Natives from the cities or European countryside will be able, or wish, to trek to them. In the countryside there has, up to the present, not been a clash of social interests. The endeavour, at any rate for the time being, must be to grant the Bantu in town locations as much self-government as is practicable under the guardianship of the town

councils, and to let tribal control of farm Natives function effectively. There the residential and working conditions will also have to enjoy special attention so that the Bantu community finding a livelihood as farm labourers may also be prosperous and happy. Here the problem is rather how to create better relationships, greater stability, correct training and good working conditions. Apart from the removal of black spots (like the removal of white spots in the Native areas), the policy of apartheid is for the time being, not so much an issue at this juncture, except if mechanization of farming should later cause a decrease in non-European labourers.

Finally, there are the implications of the apartheid policy in respect of European cities. The primary requirement of this policy is well known, namely, that not only must there be separation between European and non-European residential areas, but also that the different non-European groups, such as the Bantu, the Coloured, and the Indian, shall live in their own residential areas. Although considerable numbers of Bantu who are still rooted in the reserves may conceivably return thither, particularly according as urban and industrial development take place, or even many urbanized Bantu may proceed thence because of the opportunities to exercise their talents as artisans, traders, clerks or professionals, or to realize their political ambitions – large numbers will undoubtedly still remain behind in the big cities. For a long time to come, this will probably continue to be the case.

For these Bantu also the Apartheid policy and separate residential areas have great significance. The objective is, namely, to give them the greatest possible measure of self-government in such areas according to the degree in which local authorities, who construct these towns, can fall into line. In due course, too, depending on the ability of the Bantu community, all the work there will have to be done by their own people, as was described in connection with the reserves. Even within a European area, therefore, the Bantu communities

would not be separated for the former to oppress them, but to form their own communities within which they may pursue a full life of work and service.

In view of all this, it will be appreciated why the Apartheid policy also takes an interest in suitable education for the Bantu. This, in fact, brings in its train the need for sufficiently competent Bantu in many spheres. The only and obvious reservation is that the Bantu will have to place his development and his knowledge exclusively at the service of his own people.

Co-operation in implementing the apartheid policy as described here is one of the greatest services the present leader of the Bantu population can render his people. Instead of striving after vague chimeras and trying to equal the European in an intermingled community with confused ideals and inevitable conflict, he can be a national figure helping to lead his own people along the road of peace and prosperity. He can help to give the children and educated men and women of his people an opportunity to find employment or fully to realize their ambitions within their own sphere or, where this is not possible, as within the Europeans' sphere, employment and service within segregated areas of their own.

I trust that every Bantu will forget the misunderstandings of the past and choose not the road leading to conflict, but that which leads to peace and happiness for both the separate communities. Are the present leaders of the Bantu, under the influence of Communist agitators, going to seek a form of equality which they will not get? For in the long run they will come up against the whole of the European community, as well as the large section of their own compatriots who prefer the many advantages of self-government within a community of their own. I cannot believe that they will. Nobody can reject a

form of independence, obtainable with everybody's co-operation, in favour of a futile striving after that which promises to be not freedom but downfall.¹

¹ From **Africa and the West: From colonialism to independence, 1875 to the present**, by William H. Worger, Nancy L. Clark, Edward A. Alpers. New York: Oxford University Press, 2010, p. 101-106.